

	<b>Ata de Reunião</b>		
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>		<b>Data: 28/01/25</b>
	<b>Condução: Juíza Auxiliar Rita Ramos</b>	<b>Local: Sala 303 Sul/virtual</b>	<b>Hora: Início/Fim: 15h/16h</b>

<b>Participantes:</b>
Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho, Juíza Assessora Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais, na qualidade de Presidente;
Juiz de Direito Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira;
Juíza de Direito Bárbara Correia de Araújo Bastos;
Juiz de Direito Anderson de Souza Bastos;
Ricardo Neri Franco, Secretário Tecnologia da Informação e Modernização;
Larissa Torquato de Oliveira Souza, Secretária de Planejamento e Orçamento;
Fábio Martins da Silva, Diretor de Sistemas;
Alexandro Silva Santos, Diretor de Planejamento Estratégico;
José Manoel Tito da Motta, Coordenador de Sistemas;
Rui Gomes Sanches Júnior, Promotor de Justiça, representante do MPBA;
Claudionor Ramos Neto, Procurador do Município, representante da PGMS;
Defensor Público, Gil Braga, representante da DPE/BA;
José Carlos Coelho Wasconcellos Júnior, Procurador do Estado, representante da PGE;
Tamírde Monteiro Leite, Advogada, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia;
Bruno Barbosa de Menezes, servidor da Coordenação de Sistemas Judiciais;
Liz Souza, SEJUD;
Marielle Fernandez de Araújo, Servidora da Coordenação de Sistemas Judiciais (CSJUD);
Kaique Mascarenhas, representante da SGP;
Maria Clara Cosmo, servidora responsável por secretariar os trabalhos.

#### DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aos 28 dias do mês de janeiro do ano de 2025, às 15h, reuniram-se, em formato híbrido, na sala de reunião deste Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, os membros do Comitê Gestor do PJe, designados por meio do Decreto Judiciário nº. 738/2024, conforme registro fotográfico, anexo, para discussão dos pontos da pauta abaixo delineados. Pela Presidente do Comitê Gestor, a Juíza Auxiliar da Presidência, Doutora Rita Ramos, foi realizada a abertura dos trabalhos, passando a explanar os itens de pauta a seguir apresentados.

**1. Apresentação dos novos membros do Comitê Gestor do PJe – Decreto Judiciário n. 940, de 10 de dezembro de 2024;** Pela Presidente do Comitê Gestor do PJe, Doutora Rita Ramos, foi apresentado como novo Diretor de Sistemas, o servidor Fábio Martins da Silva, representando a Diretoria de Modernização, e como novo Coordenador de Sistemas, o servidor José Manoel Tito da Mota.

**2. Dar conhecimento sobre o Decreto Judiciário n. 18, de 10 de janeiro de 2025 – Convocação de Juiz para Auxiliar os trabalhos da Presidência no eixo de Tecnologia da Informação;** Com a palavra, a Juíza Auxiliar da Presidência, Rita Ramos noticiou a publicação do Decreto Judiciário n. 18/2025, cujo teor versa sobre a convocação do Juiz de Direito Raimundo Nonato Borges Braga para auxiliar os trabalhos da Presidência no eixo da Tecnologia da Informação, passando a integrar a composição do Comitê Gestor do PJe, conforme Decreto judiciário n. 58, de 30 de janeiro de 2025.

**3. Solicitação de informações pela PGE sobre a continuidade ou não da disponibilização dos avisos dos Atos de comunicação pelo MNI do PJe para os Órgãos externos, após a adesão dos Entes Públicos representados ao Domicílio Judicial Eletrônico – Item solicitado pela PGE;** Pelo servidor Bruno Barbosa de Menezes foi informado que, em conformidade com a Resolução n. 455/2022 do Conselho Nacional de Justiça sobre a integração do PJe ao domicílio judicial eletrônico, o prazo para conclusão está previsto para janeiro. No entanto, informou que o MNI continuará ativo e operacional, permitindo a realização de consultas, comunicações processuais e peticionamento, garantindo a continuidade dos serviços durante a transição para o novo sistema. O Procurador do Estado, Doutor José Carlos, registrou que a preocupação da PGE é formalizar e garantir que, no TJBA, o MNI continue operante em paralelo ao domicílio judicial eletrônico. A Juíza Auxiliar da Presidência, Rita Ramos, informou que, o Doutor Raimundo Nonato é novo Juiz Auxiliar, no eixo de Tecnologia e Informação, e Presidente do Grupo de Trabalho do Domicílio Eletrônico, de modo que levará o tema discutido ao grupo para análise e esclarecimento em momento oportuno.

**4. Dar conhecimento sobre a resposta Grupo Operacional/TPU, sobre o item relacionado a necessidade de atualização da TPU – solicitação da OAB/BA.** Na Sequência, pela Juíza Auxiliar da Presidência, Rita Ramos, foi apresentado o tema inicialmente levantado pela Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutora Tamírde

	<b>Ata de Reunião</b>		
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>		<b>Data: 28/01/25</b>
	<b>Condução: Juíza Auxiliar Rita Ramos</b>	<b>Local: Sala 303 Sul/virtual</b>	<b>Hora: Início/Fim: 15h/16h</b>

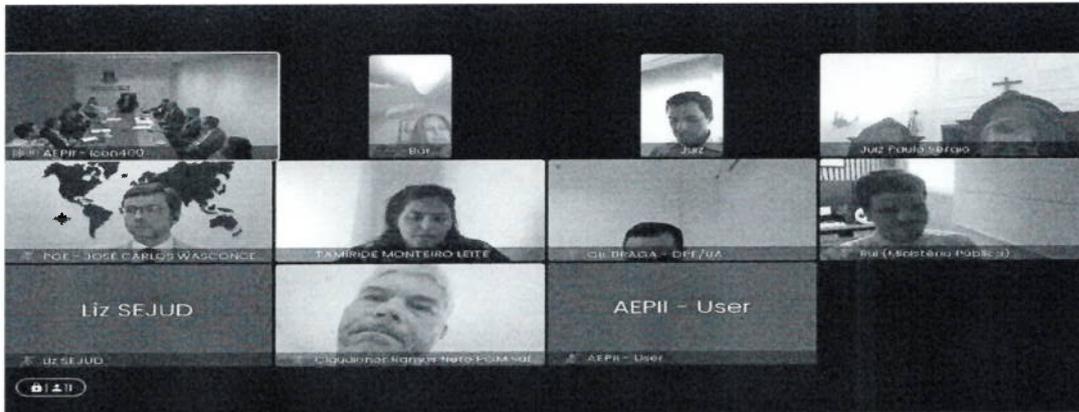
Monteiro, quando apontou, na reunião anterior, a necessidade de atualização da TPU. Diante disso, noticiou que a demanda foi encaminhada ao Grupo de Trabalho Operacional, vinculado ao Grupo Gestor da TPU, presidido pela Juíza Patrícia Didier, destacando que a informação repassada, pelo Grupo Operacional, indicou a inespecificação sobre qual item da tabela estaria desatualizado. Sendo assim, a ata da reunião será encaminhada à Dra. Tamiride e a todos os integrantes para que tomem conhecimento da manifestação do Grupo Operacional.

**5. O que ocorrer:** Pelo Defensor Público, Doutor Gil Braga, foi informado que serão encaminhadas algumas demandas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM). Para isso, foi elaborada uma relação de chamados que serão enviados, visando obter respostas e soluções para as questões levantadas. Em seguida, relatou que identificou intercorrências relacionados às intimações, que vêm sendo realizadas via Diário Eletrônico. Além disso, destacou que dificuldades semelhantes têm sido enfrentadas na Procuradoria Especial. Por fim, ressaltou que essas demandas têm sido recorrentes neste início de ano e serão formalizadas junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), solicitando o apoio da equipe para viabilizar as soluções necessárias. Com a palavra, o Juiz de Direito Raimundo Nonato noticiou que retornou com a missão de atuar na área de TI, assumindo o grande desafio de transformar a plataforma do CNJ em um Portal de Serviços Nacional, com um esforço significativo de integração dos Tribunais, especialmente no que se refere ao PJe no Domicílio Eletrônico. Após, informou que a garantia da integração do PJe ao Domicílio Eletrônico está com o prazo estabelecido para o dia 31 de janeiro, bem como o sistema está na fase de homologação e o erro identificado não é considerado significativo. Salientou que o maior desafio, até o momento, tem sido a implementação do peticionamento intermediário, que também possui um prazo próximo. Além disso, destacou que o Tribunal está totalmente comprometido em integrar os dois sistemas à plataforma de serviços, ressaltando que, toda contribuição é bem-vinda. Na oportunidade, declarou sua participação em uma reunião recente do Comitê Gestor Nacional do PJe, onde houve uma interlocução com o técnico do CNJ. Durante o encontro, foi destacado que os Tribunais estão em processo de homologação, com prazos que vêm sendo estendidos devido à grande ambição do projeto. Ademais, comentou sobre o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), que é uma ferramenta destinada à comunicação não pessoal, de estrutura simplificada, com cabeçalho e um link para acesso direto no sistema de cada Tribunal. No entanto, destacou que não haverá a mesma integração que existia com o diário utilizado no TJBA, pelo que pontou a necessidade de monitoramento como o CNJ garantindo a sustentabilidade dessa ferramenta. Enfatizou que o Tribunal está avançando de forma significativa no desenvolvimento de uma governança de TI, no tratamento das informações, no planejamento adequado das atualizações de gestão e no estudo prévio dos impactos dessas mudanças, para maior segurança e de como repercute em todos os sistemas legais. Pontuou que está sendo estudada, juntamente com a SETIM, a estruturação da política e as medidas necessárias para implementar a Inteligência Artificial (IA) no Tribunal, além da utilização de soluções em nuvem. Dessa maneira, enfatizou a importância de um planejamento bem detalhado, pois as mudanças estão ocorrendo de forma acelerada, exigindo ajustes rápidos e eficazes para acompanhar o ritmo das transformações tecnológicas. Em relação ao futuro do PJe no Tribunal de Justiça, Doutor Raimundo Nonato, informou que o Tribunal Pleno autorizou a migração do PJe para o EPROC. Ressaltou que em termos de experiência do usuário final, o EPROC tem se mostrado uma ferramenta mais adaptada, confortável e segura, oferecendo melhor gerenciamento de acervo e informações estatísticas. Em resumo, apontou que, o que se pode garantir é que a gestão do Eproc será cuidadosamente planejada, destacando que não há improvisações no sistema, pois todas as ações são executadas de acordo com prazos e planos detalhados, garantindo uma governança forte e eficaz. Concluindo sua fala informando que haverá uma mudança significativa para as Procuradorias, especialmente em relação aos Domicílios Eletrônicos. Após tomar conhecimento da demanda apresentada pelo Doutor José Carlos sobre o Domicílio Eletrônico, ilustrou que o Tribunal já está em posse do ato normativo e desejava compartilhá-lo com todos para sugestões. Em função disso, está aguardando apenas a finalização da integração pelos técnicos de TI para, então, proceder à publicação do normativo. Além disso, solicitou que os representantes das instituições externas se dirigissem ao seu gabinete para acessarem o documento pessoalmente. Com a palavra, o Procurador José Carlos fez um pronunciamento para parabenizar Doutor Raimundo pelas valiosas informações compartilhadas já no primeiro encontro. Desejou-lhe sucesso, inspiração, sorte e uma visão clara para o futuro. Em seguida, reiterou a disponibilidade da PGE para apoiá-lo e confirmou que já está aceitando o convite realizado pelo Doutor Raimundo, esperando poder visitá-lo ainda nesta semana para uma conversa. Achando importante frisar que, a PGE, como sempre, se coloca à disposição como parceira do Tribunal. Com a palavra, o Promotor Rui, parabenizou o Doutor Raimundo Nonato pela brilhante apresentação. Em seguida, reafirmou que o Ministério Público está à disposição para contribuir com o projeto de implantação do EPROC, bem como com o desenvolvimento de outras soluções para o aprimoramento do PJe e outras demandas. A reunião foi encerrada com a Presidente do Comitê Gestor PJe, Juíza Auxiliar da Presidência Rita de Cássia informando que, a resposta sobre o Grupo de TPU será encaminhada à Doutora Tamiride Monteiro. Nada mais havendo a registrar, foi dada por encerrada a reunião, determinando-se que fosse lavrada a ata, devendo esta ser encaminhada, por e-mail, a todos os integrantes. Assim, eu, Maria Clara, lavrei a presente ata.

  
Cassia Ramos de Carvalho  
Juíza de Direito

	<b>Ata de Reunião</b>		
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>		<b>Data: 28/01/25</b>
	<b>Condução: Juíza Auxiliar Rita Ramos</b>	<b>Local: Sala 303 Sul/virtual</b>	<b>Hora: Início/Fim: 15h/16h</b>

**REGISTROS FOTOGRÁFICOS**



  
 Rita Cassia Ramos de Carvalho  
 Juíza de Direito